

FRANÇA — A CIDADE DE VENDOME.

A CIDADE de Vendôme até o anno de 1590 conservou-se a coberto das luctas da liga. Os da liga respeitavam-na por causa do espirito eminentemente catholico da sua população, e os huguenotes por ter o titulo de feudo da casa de Navarra. Mas depois da morte de Joanna d'Albret, os vendomenses escolheram um governador catholico, Benéhart, que como addicto aos Guises, entregou a cidade a Mayenne, que acabava de ser derrotado em Ivry por Henrique IV. Assim que recebeu esta noticia o bearnes marchou sobre Vendôme, sitiou-a, e apoderou-se da cidade, que mandou incendiar. Benéhart, intrincheirado na propria casa em que residia, continuou a defender-se, quando já toda a povoação era, para assim dizer, um monte de ruinas. Finalmente, foi aprisionado, e como pedisse fallar a Henrique IV, recusou-se este, e ordenou que o infeliz governador fosse inforcado « por não saber render-se, nem defender-se. »

Henrique IV pretendeu debalde reparar a catastrophe de Vendôme.

Depois do cerco de 1590 a cidade tem ido sempre em decadencia. Do seu magnifico castello restam apenas dous pedaços de torres. Nos alicerces da bella

abbadia da Trindade construiu-se n'estes ultimos annos um quartel de cavallaria.

O plano geral de Vendôme é muito irregular. Primitivamente a cidade era repartida em tres bairros, ou burgos: Vendôme propriamente dita, o burgo S. Martinho, e o de Bienheure, que pertencia ao senhor de Beaugency, e foi reunido aos outros em 1339. A nossa gravura representa uma das portas fortificadas que existiam ao cabo de uma rua habitada pelos conegos da collegiada de S. Jorge, parochia especial dos condes de Vendôme; uma ponte communicava d'esta porta para o castello.

Triste em si mesma, Vendôme está collocada n'uma situação admiravel, sobre uma eminencia, entre dous braços do Loire, rio muito menos largo, mas tambem menos caprichoso que o Loire, mais profundo, e quasi todo navegavel em qualquer quadra do anno. Catherina de Medicis concebêra o pensamento de canalisar este rio, levando assim o commercio e a vida a um territorio isolado. Varias vezes se tem tentado a mesma obra, sem que contudo até hoje se tenha feito cousa alguma. Se semelhante projecto se realisasse talvez que Vendôme recuperasse uma parte da sua antiga importancia e riqueza.

ARCHEOLOGIA PORTUGUEZA.

MEMORIAS DA VILLA DE ARRAYOLOS.

IV.

Controversia de el-rei com a Sé de Evora sobre o dominio de Arrayolos e outras terras.

SEM embargo de ser, como vimos, a doação de Arrayolos em 1217 ao bispo e cabido de Evora perpetua e hereditaria, acha-se que el-rei D. Affonso III lhes moveu demanda em tempo do bispo D. Martinho sobre o dominio d'esta e de outras terras de doação regia, como Alcacevas e Vimieiro (1). O bispo impugnou a pretensão de el-rei, e se conservou de posse das ditas terras em quanto viveu; até que em tempo de seu successor D. Durando, depois de muitas altercações, houve composição sobre estas e outras mais possessões, feita a 4 de dezembro da era de 1309, anno de Christo 1271, em Lisboa; louvando-se as partes contendoras nos arbitros seguintes: Fr. Giraldo Domingues, doutor dos frades pregadores, Affonso Soares, sobre-juiz de el-rei, e reitor da igreja de S. Leonardo de Attougua, e Vicente Annes, conego de Evora; os quaes querendo obviar aos damnos e perigos de uma e outra parte, e poupar não poucos trabalhos e despezas; attendendo tambem muito á utilidade, que agora e no futuro poderia tirar assim el-rei como a Igreja eborense; e achando que as ditas possessões de Arrayolos, Vimieiro e Alcacevas não eram de presente, nem poderiam ser de futuro mui proveitosas á dita Igreja, por causa de muitas condições, que seria longo narrar por miu-

do (2); considerando outro sim que se as ditas possessões se fizessem reaes poderiam ser uteis á defensão do reino de Portugal, e d'ahi poderia tirar a mesma Igreja grande utilidade; por bem da paz, concordia e proveito de uma e outra parte, conformando-se com o direito, e com o conselho dos peritos julgaram a el-rei as ditas possessões de Arrayolos com seus termos, e as de Vimieiro e Alcacevas com seus termos em tudo o que toca ao temporal, da mesma fórma que a Igreja eborense ora as possui, e por direito deve possuir; de maneira comtudo que a Igreja eborense tenha nos logares mencionados, e em seus termos, os direitos de padroado de todas as igrejas assim feitas, como por fazer; e tambem todos os direitos espirituaes. Mandaram mais e arbitraram que a Igreja eborense haja as suas casas e celleiros (cúvas) e todos os seus moveis, que ora tem nos mencionados logares. Mais mandaram que el-rei dê ao bispo e cabido de Evora sitio competente nos logares de Vimieiro e de Alcacevas onde possam edificar casas para sua habitação (3), e para recolher seu pão; e em Arrayolos logar para fazer adega, em que possam recolher seu vinho. Mais mandaram que el-rei dê ao bispo sitios em todos os ditos logares e seus termos para edificar igrejas, fazer cemiterio, e para casas de residencia dos clericos, que ahi servirem (4).

J. H. DA CUNHA RIVARA.

ODIO VELHO NÃO CANÇA.

ROMANCE HISTORICO.

CAPITULO XVI.

Uma ceia cara.

“CREIO, devoto leigo, ” acudiu Fernão Peres com ar grave, “que seja a regra do mosteiro; mas não estaes no refeitorio; estaes em casa do alcaide D. Nuno, que assenta á sua mesa os hospedes, como Deus lh'os manda; e se um caso grande o não

a Evora nomear o primeiro bispo, e dotar a Sé; e se n'esse dote incluiu o *quinto*, não póde este ser outro senão o dos futuros despojos da guerra. Em todo o caso é certo pelos documentos atraz allegados, que a doação de Arrayolos á Igreja de Evora não foi obra de D. Affonso Henriques, mas sim de D. Affonso II.

(2) Ignoram-se estas condições, porque nem a composição as refere, nem constam da doação primitiva.

(3) Talvez que em Arrayolos já o bispo tivesse casa de residencia, pois ahi confirmou elle em 18 de março da era de 1308, anno de Christo 1270, uma transacção do seu antecessor D. Martinho com o convento de Alcobaça sobre a igreja de Beringel, da qual transacção vi um extracto por letra do antiquario José Lopes de Mira na Bibliotheca publica eborense.

(4) Esta composição está na Torre do Tombo, livro 3.º de Doações de D. Affonso III, fol. 1; e livro 1.º de Direitos Reaes, fol. 205; e no livro das Composições do cabido de Evora, fol. 81. D'ella faz menção Fr. Francisco Brandão na Monarchia Lusitana, parte 5.ª, livro 16, cap. 27, e outros auctores, alguns dos quaes lhe erram a data.

(1) O cabido deu foral ao Vimieiro em XI Kalendaras Marcii, era 1245, anno de Christo 1207, livro 1.º dos originaes no cabido, a fol. 2.

O bispo D. Martinho e o cabido deram foral ás Alcacevas no anno de 1259. Fazem menção d'elle a Chorographia Portugueza e o padre Fialho na *Evora Illustrada*, manuscripto, tomo 1.º, § 655, e outros auctores.

O padre Francisco da Fonseca na *Evora Gloriosa*, pag. 274, inculca como causa da reivindicação, que el-rei pretendia fazer d'estas terras, o serem ellas inalienaveis da corôa, por terem entrado no *quinto*, que Giraldo assignára á mesma corôa por occasião da conquista de Evora.

E para se entender melhor este passo do padre Fonseca, saiba-se que já elle tinha dito a pag. 43, que Giraldo Sem-pavor, depois de ter ganhado Evora aos mouros em o 1.º de dezembro de 1166, a povoára, distribuindo entre os novos e antigos colonos as casas da cidade, e os campos e herdades do termo; tomando mui pouco para si, e reservando o *quinto* para a corôa. E acrescenta mais abaixo, que na primavera de 1167 veiu el-rei D. Affonso Henriques a Evora, onde restituiu a cathedral nomeando para primeiro bispo a D. Sueiro, e assignou á nova Sé por dote, além dos dizimos, aquella *quinta parte* das terras, que Giraldo reservára para a corôa.

Sabidas as contas não houve tal *quinto* das terras reservado para a corôa, nem por Giraldo, nem por outro algum capitão, ou conquistador d'aquelle tempo. O que a el-rei pertencia por costume e direito geralmente estabelecido era o *quinto*, não das terras, mas dos despojos obtidos nas repetidas correrias e incessantes guerras contra o inimigo sarraceno. (Veja-se a *Historia de Portugal* do sr. A. Herculano, tomo 4.º, pag. 414). E se D. Affonso Henriques veiu

estorvasse, vél-o-íeis aqui ao lado do honrado thesoureiro de el-rei.”

D. Nuno, ou Martim Paes, não sabiam da farça que os dous travessos rapazes tinham ajustado, nem lhe importava que taes hospedes morressem de fome, ou ceiassem na cosinha. O pagem mentia desaforadamente, mas D. Zuleima parecia encantado de o ouvir.

— “Antes jejuar!” suspirava o Barbato.

— “Enterrae-me os escrupulosos;” atalhou Fernão Peres, “uma vez não são vezes. Sempre tenho ouvido, que em jornada o peregrino ha de comer do que lhe derem, e abençoar a mão que o soccorer.”

— “E o preceito?”

— “O preceito?... Mettei-o nas marmitas de Cister. Aqui são outros ares, outra gente...”

— “Um judeu! Ainda se fosse mouro!...”

— “Peior! Os mouros dão pancada, e os judeus levam.”

— “Emfim! quem vos ha de dizer que não? Tendes artes! Deus e o padre S. Bernardo me levem em desconto o sacrificio. Sou pobre. Os pobres não escolhem.”

O Barbato tambem mentia descaradamente.

Com esta especie de armisticio o leigo e o judeu entraram em sociedade; porém, olhavam-se, e olhavam para o prato com a boa sombra de dous rafeiros, ao lado da mesma preza.

— “Vejam os este vinho se estará bom, que se beba!” dizia Fr. Muninho enchendo a taça a trasbordar. “Não comeis?” proseguia virando-se com a bôca cheia de pão para Fernão Peres, que lhe tinha caído em graça pela subtilidade, com que deslindava os casos de consciencia.

— “Deus me livre!” retrucou o maldoso pagem; “eu farto e cheio havia de comer o pouco, que nem chega para hospedes necessitados?!”

O Barbato applaudiu a reflexão. A these era doutrina orthodoxa para o nosso ex-almudeiro.

— “A’ paz da igreja! á confusão dos infieis, dos herejes e dos excommungados!” gritou levando a taça aos beiços.

D. Zuleima, em quem a allusão batia como sêta no alvo, encolheu os hombros, e com desprezadora indiferença mastigou em fim o aziago pedaço de dobrada, que ha tanto trazia nos dedos. De nenhum dos dous era de esperar o que succedeu.

O frade atirou a taça que foi a rolar pelo chão. D. Zuleima deu um grito, e largou o bocado que mettêra na bôca.

O leigo, roxo-terra, berrava por agua que estrugia tudo. O judeu com os queixos torcidos, e as lagrimas nos olhos, fazia as mil visagens de um saquin para requerer o mesmo.

— “É vinho da adega do inferno,” bradou o reverendissimo com teimoso pigarro na garganta. “É agraço, ou vinagre?...” continuava fitando furioso o velhaquete Vasco Lourenço, que se revestiu do ar soberano da innocencia calumniada.

— “Sal e pimento!” choramingou o rabino melancolico e com a lingua inchada, “e por cima o unto do animal immundo.”

Ambos tinham razão. O mólho do guizado fôra apurado com mãos cheias de sal e pimento. O vinho caldeado com cerveja azeda e vinagre de rabião. O sr. Vasco Lourenço tinha ensaiado a mão n’estas duas faanhas.

A cada tregeito, a cada momice dos padecentes redobravam as risadas. O frade entre os fucinhos arreganhados, que o cercavam, apereceben risonha a mascara de Vulcano do heroe das fornhalhas. Desde

esse momento as suspeitas passaram de Vasco Lourenço, e tomaram corpo de certeza sobre a cabeça criminosa de mestre Estevão Alho. D. Muninho jurou vingar-se, e como se verá, desgraçadamente não foi homem de palavra.

Na realidade a situação era horrorosa. Não só o judeu e o frade estavam sem ceia, mas sobre isso um com as goelas escaldadas de vinagre, e o outro com a bôca empolada de pimento. Até ao mesmo Fernão Pires a peça pareceu pezada. Entre tanto aguardou, para vêr como os dous martyres alargavam o torniquete.

Gloria a D. Muninho! Foi o primeiro, que investiu com a mão de vaca. Esta tinha esquecido a Vasco Lourenço na sua culinaria sollicitude.

— “Onde tem a cabeça aquelle Estevão Alho?” acudiu Fernão Pires com voz irada.

— “No inferno, donde é a idéa de escarnecer a pobreza dos servos de Deus,” resmungou o leigo, continuando a tocar flauta no pesunho.

— “Que tragam vinho que se beba, e carne que se coma!” clamou Vasco Lourenço com fervor.

— “Não foi elle, foi a desdentada osga da cozinha,” rosnava D. Muninho raspando nervos, que lhe faziam calafrios por todo o corpo. “Amanhã falaremos. Deixa estar!”

Roendo e ralhando o leigo instrua o processo de Estevão Alho, lavrava a sentença, e como o imperador da China com o seu barbeiro resolvia sabiamente que elle só devia ser o juiz e o verdugo da victima illustre.

Um quarto de veado acerejado do espeto, que veio substituir a malfadada forçura, e excellente vinho de um fino aroma, em lugar da asquerosa zurrapa, levantaram o animo dos convivas.

— “Viva Deus!” exclamou o leigo, “estamos em terra abençoada. Este sim, que é vinho, e do maduro, do cereal. Somos amigos velhos ha muitos annos.”

O reverendo entendia mais de vinho que d’orações e cilícios. E comendo e bebendo amansou a ponto de tratar o judeu com a benevolencia, que o Evangelho recommenda para os inimigos. A alegria da cêpa reluzia nos olhos esbrazados de sua caridade, dos quaes ternas lagrimas saltavam a miudo. A lingua tropega e grossa dava maior sabor ás historias, pouco edificantes, em que se espraçou, contando as proezas da sua mocidade com tal viveza, e collorido, que não indicavam nenhum arrependimento. Os pagens divertiam-se devéras, e estimulavam a veia do peccador com repetidas libações. As suas aventuras no mosteiro, o beaterio dos fradalhões da ordem, as fragilidades do prelado, a gula do abbade, e todas as imperfeições mundanas, que se tinham aninhado no claustro, vieram á praça com extremo prazer dos ouvintes. Babujando de commentarios torpes a vocação dos monges o Barbato riu-se do temor de Deus como de um absurdo, e da virtude como de um paradoxo. Domesticado pela boa companhia D. Zuleima chegou a olhar para o leigo como para um desenfastiado camarada de côpo, e levou a condescendencia ao auge de rir com elle do roubo dos vinte dinheiros, o que o monge celebrou com truanescas exclamações. D. Zuleima pagava-lhe comparando o seu estomago insaciavel aos areas de um deserto, capazes de sorver o mar e de nunca estarem fartos.

Mas a pouco e pouco, com o pezo dos vapores, a embriaguez de D. Muninho tomou o character pirronico, rixoso e provocador, que raras vezes deixa de ser o seu complemento. Toda a birra do Barbato era obrigar o nosso D. Zuleima a rezar o credo, e

a fazer doação dos bens á ordem de Cister. O judeu principiou a achar o gracejo excessivamente serio.

— «Honrado D. Judas... D. Salomão... Abel, ou o que quer que sois...» gaguejava o Barbato.

— «Zacarias Zuleima,» pela undecima vez respondia o rabino, cortando um famoso naco de veado.

— «Zacarias!...» proseguia o outro, meneando a cabeça com a solemne gravidade do vinho. «Deus é que vos trouxe aqui. Meu chupa-morabitos, amalecita endurecido, é preciso arrepender e mudar de vida, ou vae tudo com os demonios... quero dizer pelo inferno abaixo! Sou medico, e vejo-te na cara uma apoplexia; estás morto.»

D. Zuleima, suspendendo as funções gastronomicas, aterrado do annuncio, embasbacou no leigo olhos parvos, e cheios de susto, gritando com horror:

— «Uma apoplexia!...»

— «Na alma, tolo!... desgraçado peccador, na alma. O corpo está são!...»

— «Ah!» exclamou o judeu respirando. «É só isso?»

— «Achas pouco?» berrou o missionario enternecendo-se. «Come e bebe, creatura immunda, que o diabo te virá esganar uma noute com as garras... De que são as garras do diabo, Muninho?... ah, unhas de croque, como diz o padre Fr. Munio.»

Uma grande gargalhada seguiu de perto este novo addicionamento ás bellezas tradicionaes do «pae da mentira.» Este riso não foi do agrado do leigo, que proseguiu em tom de lamuria:

— «O diabo é um croque, meus irmãos. Já vol-o disse.» depois virando-se para Zacarias com impeto, gritou: — «Sabes o credo, judeu?»

D. Zuleima, comendo sempre, com a cabeça disse que não.

— «Mau!... E' a chave do paraizo. Vamos, limpa-me esses beiços untados, e diz comigo do fundo do coração «Credo in Deo»... alto! Já sua mercê queria roubar a Deus, e esgueirar-se do inferno?... Nada!... é preciso uma bagatella antes. Arrependes-te dos crimes, e delles pedes perdão a Deus Padre, Filho e Espirito Santo?...»

Mestre Zacarias, apesar de rabino, ficou estúpido de vêr a cinica impiedade do Barbato. Este proseguia muito satisfeito:

— «Dos bens apanhados e roídos nas folhas dos livros d'el-rei dás ao nosso mosteiro duas partes, e a mim, teu guia espiritual, a terceira para esmolos ás viúvas e donzellas envergonhadas?»

O judeu lembrou-se da vespera de S. Pedro, da ponte de Coimbra, dos seus vinte dinheiros, e poz-se a tremer.

O frade, todo illuminado nas côres purpureas de Baccho, e piscando olhos lascivos aos circumstantes, bradava: «nem uma mealha para mim; é tudo para ellas, é tudo para ellas!»

D. Zuleima deitou a vista supplicante em redor de si; porém todos estavam muito enbebidos na scena indecente para o attenderem.

— «Victoria! Victoria!... Christo venceu! Eu converti um judeu peior que cem legiões de demonios! *Vade retro Satanaz*... não me toques nesta nata dos filistheus! irmão Absalão... Zacarias?!... meu rico irmão Zacarias... puph!... cheira a enxofre o rabino. De hoje em diante, ouves? Chamaste... Muninho, o glorioso nome do teu salvador...»

E virando-se para quantos o rodeavam e riam apertando as ilhargas, arregalou os olhos e berrou:

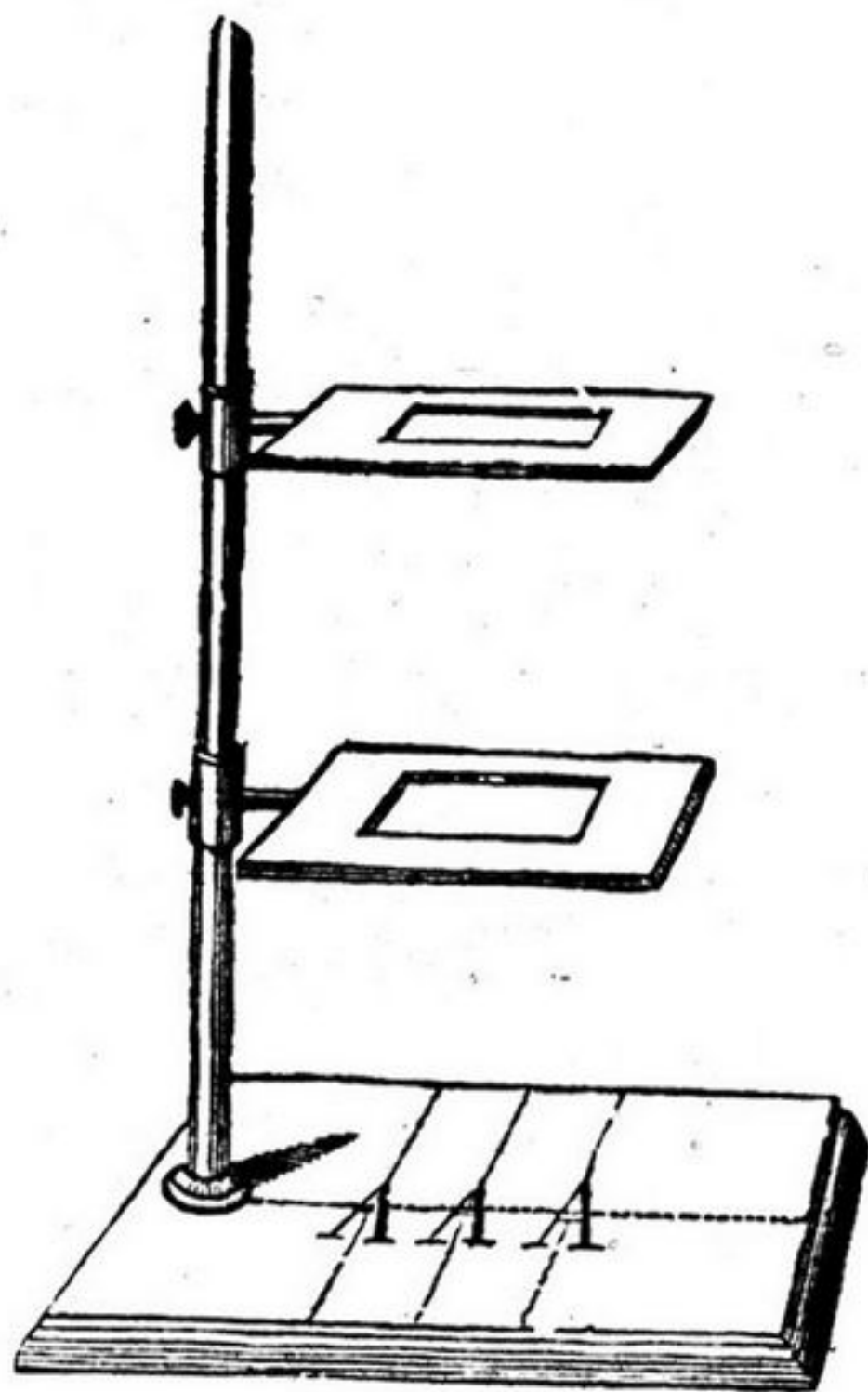
— «Victoria!... Legar os bens á ordem de Cister, e a terça ás viúvas e donzellas?!...»

— «E' mentira,» gritou o espavorido judeu, «eu não dou nada!... não tenho nada.»

— «Pela bemdita caveira do meu padre S. Bernardo, juro...»

— «Cala-te apostata, não profanes nas tuas devassidões o santo nome do nosso fundador!»

(Continúa.)



O PHANTASCOPO.

Não ha pessoa alguma que não tenha notado que para olhar a distancias diversas os olhos se dispõem espontaneamente da maneira mais favoravel á visão. Sabe-se tambem que, quando fixamos a attenção particularmente sobre qualquer objecto, os que se encontram em posição mais proxima do observador, distinguem-se sim, mas de um modo mais ou menos incompleto.

De sorte que se olharmos um objecto collocado por detraz de uma grade, e a meia distancia, pouco mais ou menos, entre o observador e o objecto, o orgão da visão terá da grade apenas uma sensação confusa. Mas se, pelo contrario, fixarmos a attenção sobre a grade, os olhos verão distinctamente esta, e confusamente o objecto que estiver por detraz d'ella.

Se esta observação se fizer com cuidado reconhecer-se-ha facilmente que, em uma e outra hypothese, a imagem do objecto visto confusamente é duplicada. E' tambem sabido por experiencia que se quizermos fixar a vista sobre qualquer objecto, e ao mesmo tempo comprimirmos com o dedo, em direcção lateral, o globo do olho, a imagem do objecto hade representar-se-nos duplicada.

Estes phenomenos deram logar a que o professor Locke, dos Estados-Unidos, imaginasse, e mandasse construir um apparelho mui simples, por meio da qual se obtem resultados curiosos.

No meio de uma das bordas de uma prancheta de 25 a 30 centimetros, que serve de base ao instrumento, fixa-se verticalmente uma haste de 35 a 40 centimetros de altura, na qual se enfiam duas virolas, que podem segurar-se em alturas diversas com

umas pequenas roscas de pressão. Cada uma d'estas virolas sustenta um plano horisontal de cartão ou de madeira mui delgada, de 12 a 15 centímetros de comprimento e da largura conveniente. O primeiro plano, o de cima, que pôde ser mais estreito, tem uma abertura longitudinal de 5 a 6 millímetros de largura, e cujo comprimento deve aproximadamente ser de 7 centímetros. O segundo tem também uma abertura do mesmo comprimento, correspondendo verticalmente á primeira, e de 2 a 3 centímetros de largura. Alem d'isto, na face superior d'este, deve haver, na linha que corresponde ao meio da abertura, um indicador transversal marcado com umas pequenas flechas.

(Continúa)

VIAGEM AO MINHO.

CAPITULO I.

De como eu me decidi a fazer uma viagem, por não ter em que empregar o tempo. O modo porque levei a effeito esta heroica resolução, e embarquei no Terreiro do Paço. — Chegada ao vapor. — A partida; o almoço. — Companheiros de viagem. — Um inglez que bebia vinho, para não enjoar. — Pasmos em que fiquei por não ter saudades de Lisboa, e maneira porque principiei a fazer considerações sobre o estado actual da marinha portugueza, penetrando como desalmado nos dominios da politica. — Recapitulação. — Cincoenta leguas a vapor em trinta e duas horas.

PREZO-ME de ser muito bom christão; mas tenho uma opinião, que não sei se ataca de algum modo os meus principios religiosos. Sou fatalista. Se é peccado, peço a Deus que me perdôe; não será o unico erro em que estou endurecido. Todas as cousas que acontecem, tinham de ser assim inevitavelmente: *estava escripto lá em cima*, como diria um musulmano; por isso, acredito com a mais profunda convicção, que também *estava escripto*, que eu havia de moer a paciencia dos leitores com a minha mania maritima. Os que tiverem peccados, como eu, tomem isto em desconto d'elles; e quem os não tiver, algum bemaventurado, rogue ao céu pelo completo arrependimento de quem escreve estas linhas.

A origem da minha paixão pelo mar só a pôde comprehender bem, aquelle que já se tem embriagado com o cheiro da maresia.

O recolhimento profundo que a grandeza e magestade do oceano communicam ao coração, quando o espirito, vagando por essa immensidade onde se perdem os olhos do navegante, sobe até aos pés do creador, inspira a verdadeira poesia da alma. Se eu vivesse continuamente no mar, creio que havia de chegar a ser poeta, e nunca me esqueceria de adorar a Deus! Condemnado, como estou, a estas misérias da terra, não me podem tomar a mal, que empregue algumas horas, das muitas que tenho de aborrecimento, embebido na contemplação d'essa maravilha prodigiosa, sobre a qual se aprecia tanto a vida, pela proximidade em que se está da morte.

Nas viagens por mar, tenho sempre uma reminiscencia dolorosa, que levantando insensivelmente o véu do passado me torna um moralista profundo, e importuno para mim mesmo, se pudesse observar-me a sangue frio. N'esta occasião, as minhas recordações, não eram só fastidiosas e monotonas; tornaram-se de uma impertinencia escandalosa, e atira-

ram-me, com uma audacia desmedida para as regiões da politica! Perdôa-me, leitor; talvez eu hoje pense de outro modo, sem que se me possa fazer crime d'esta mudança, porque a natureza humana é toda de habitos variadissimos, e os habitos modificam espantosamente as idéas. Depois, por muito nescios que sejamos, sempre sabemos hoje mais do que sabiamos hontem. Assim como a luz do dia afugenta ás trevas da noute, assim a luz clara da razão e do entendimento afugenta de dia para dia as trevas do nosso espirito. Se as considerações que fiz a bordo do vapor foram apenas aberrações, decida quem as lêr, e aprenda a livrar-se d'ellas; pela minha parte, adoro a immensa negação que tenho para a politica, e riu-me dos esforços laboriosos com que a minha imaginação deu á luz aquelle apontado sublime de sem-saborias! Eil-o aqui:

Quem me déra ser marinheiro e commandar um navio! Havia de fazer d'elle a perola do oceano, e a flôr do meu paiz!

Se eu fosse inglez!... Não. Eu sou inimigo da Inglaterra, e sympáthico com os inglezes... não; também não gosto dos inglezes; e não queria ter nascido debaixo d'aquelle céu de chumbo, que não tem sol, nem lua, como são os da minha península, e cujo solo tem batatas em vez de flôres, e onde se respira uma atmosphera de queijo! Mas que marinha! É verdade, que marinha!... Também a tivemos grande, e fomos invenciveis por ella! Que tempo! Quem pudesse rasgar o coração dos seculos e arrancar d'elle a prova das nossas glorias maritimas, que já encheram o mundo, e que hoje se acreditam apenas, lendo-as nos livros! Como haviam de ser magestosas aquellas náus que foram descobrir as Indias, e aquelles galeões em que el-rei D. Manuel mandava levar o nome portuguez a mundos desconhecidos! O que valia aquella bandeira com as cinco chagas no centro, estendida ao vento do Oriente, e acolhendo á sombra da sua gloria os povos barbaros, que não podendo subjugal-a, buscavam na sua insignia a luz da redempção! As nossas armadas victoriosas varriam os mares da Africa e da Asia; dos bastiões de Dio até ás muralhas de Ceuta, o estandarte da cruz tinha sido hasteado ao som dos hymnos da victoria, e o chão aonde o plantavam purificava-se primeiro com sangue lusitano! Então sim; eramos uma nação de quem valia a pena de ser filho!... hoje, raça degenerada de um grande povo, pagamos os erros de nossos paes, que desperdigaram o patrimonio que os seus lhos tinham legado. Não renegamos a patria (os que a não renegamos,) porque se a não conhecemos na prosperidade, temos a consciencia de que uma geração ha de expiar inevitavelmente os erros que outra commetteu. É que fez a patria para que tivéssemos a cobardia de abandonar-a nos dias de infortunio? Mandou ella entregar Arzilla, Tangere ou Azamor? Consultaram-na para vender os seus vastos dominios do Oriente? Não; viu, pelo contrario, um bando de cobardes ceder miseravelmente as mais preciosas joias da sua corôa, e uns poucos de villões, corrompidos por alguns punhados de ouro inglez, entregar por premio vil o que se tinha comprado a troco de tanto sangue! Bastardos!

Quando de tantas conquistas nos restavam tão poucas, ainda os interesses que essas podiam dar eram abandonados aos estranhos, por uma negligencia vergonhosa. O Brazil, essa fonte de inexgotaveis thesouros, que os inglezes não empolgaram, porque sabiam que, tarde ou cedo, elle havia de cobrar a sua liberdade, e a Inglaterra tornava-se-lhe então uma nação alliada; os inglezes sabiam que em toda

a parte aonde nós administrassemos um palmo de terra, elles seriam sempre os senhores, os barões que haviam de converter em ouro a ultima gota do suor dos servos. Em virtude, não sei de que tratados, as madeiras do Brazil enchiam os estaleiros da nossa *generosa alliada*, que fazia esquadras á nossa custa, para depois nos pedir com mão armada o que já não quizessemos ceder-lhe, *a troco da sua graciosa protecção!*

Que fizeram pelo paiz esses perdularios tradicionaes, esses concessores magnanimos e prodigos, que engolfados nas delicias do mando, despendiam com os satrapas os rendimentos do estado, e enfraqueciam physica e moralmente a nação, importando-lhes pouco desagradar a esta, com tanto que não estivessem em desharmonia com os seus leaes amigos, os senhores inglezes? Abençoada seja a memoria do marquez de Pombal, que foi um portuguez ás direitas; aquelle grande homem, sem se descuidar da sua fortuna, deu a Portugal um vago reflexo das grandezas de outro tempo! Depois da sua morte, continuou a decadencia, cada vez mais visivel, da nossa marinha. Os poucos navios que ficaram d'ella, foi Deus quem os conservou, para prestarem as honras funebres ás nossas antigas glorias navaes.

Em um livro, publicado pelo sr. Joaquim Pedro Celestino Soares, intitulado *Polhetins Maritimos*, vêem pintadas com os verdadeiros traços da poesia as ultimas acções notaveis praticadas pelos nossos navios de guerra. O distincto marinheiro quiz demonstrar, para honra sua e da terra em que nasceu, que a marinha portugueza acabou briosamente, como tinha vivido; e que os seus derradeiros gemidos eram ainda os echos gloriosos dos canhões que atroaram o mundo com o nome de Portugal!

Que resta hoje? Meia duzia de chavecos, fundeados ahí no Tejo, caíndo a pedaços, e rindo na face de Lisboa até que algum temporal propicio os desmanche, e arraste pela barra fóra. Nem ao menos se lhe ha de aproveitar a madeira para queimar! Miséria.

Quando ahí chegar um estrangeiro, vendo esses cascos venerandos, que não servem, nem para trazer uma carrada de areia das praias do Alfeite, ha de perguntar com pasmo, se fomos nós os descobridores da India, se é este o povo que deu tão grande impulso á navegação; e que se lhe ha de responder?... »

Estava no ponto mais interessante das minhas considerações politicas, quando um brado tremendo ia atirando comigo abaixo da tolda. Foi uma detonação dos pulmões do inglez, auxiliada pelo estomago, quando o moço da camara veio annunciar, que estava o jantar na mesa.

Despertado tão bruscamente por aquelle selvagem, tive tentações de me associar ao despenseiro, e ajudal-o a tirar uma horrivel vingança de mestre John! O desalmado precipitou-se pelas escadas da camara, e desapareceu com uma rapidez, que me sensibilizou bastante, pensando na misera sorte que esperava o jantar. Apenas dous ou tres passageiros mais acompanharam o inglez; os outros estavam inutilizados.

Eram tres ou quatro horas da tarde; estavamos diante do cabo Carvoeiro; em oito horas não se podiam exigir do vapor mais de doze leguas. Depois de calcular a celeridade que levava a embarcação, e o tempo que poderia gastar ao fim da viagem, dispuz-me pacientemente a passar duas noutes no mar, se augmentasse o vento da prôa.

Pedi uma chavena de caldo, e deixei-me ficar sobre a coberta até ás seis horas. Perto da noute principiou o vento a diminuir, e o navio a seguir melhor; o tempo tinha esfriado consideravelmente, por isso me

resolvi a ir deitar-me e esperar o somno, lendo um bocado. A minha bagagem compunha-se quasi exclusivamente de livros. Como estava no mar tive appetite de lêr o *Byron*, esse poeta das tempestades physicas e das tempestades moraes; e cuja vida foi tambem uma tormenta que o arrastou do berço ao tumulto no meio de um turbilhão de paixões! Hesitei entre o *Pirata* e o *D. João*; a final não me decidi por nenhum. Só podia lêr deitado em consequencia do balanço, e o lord *Byron* reduzido a livro, não pesava menos de oito libras! Desisti pois da leitura do poeta que bebia vinho por um craneo, e peguei no *Sallustio*.

(Continúa.)

F. GOMES D'AMORIM.

A PROCISSÃO DO CORPO DE DEUS EM LISBOA NO PRINCIPIO DO SEculo PASSADO (1).

A PROCISSÃO do Corpo de Deus faz-se ha annos com uma pompa e solemnidade, que excede tudo o que se pratica nos outros logares da christandade. As ruas por onde passa, estão juncadas de verdura e de flôres, e guarnecidas de tropa. As casas estão cobertas de parte a parte na altura dos telhados de damasco carmesim forrado por cima de toldos de linho. De distancia a distancia vêem-se grandes lustres, e magnificos altares de descanço.

Ha n'este dia no Terreiro do Paço e no Rocio uma columnata de madeira em arcada mui larga e muito elevada, em fórmula de arco de triumpho todo pintado, e ornado de bellos paineis, por baixo do qual passa a procissão, como em todo o resto do transitto, a coberto das injurias do tempo. As casas estão armadas de seda; ás janellas vêem-se as damas riquissimamente enfeitadas, e é defeso aos homens apparecer ás janellas.

El-rei assiste á cerimonia acompanhado de todos os grandes da côrte, e precedido de todas as confrarias, dos cavalleiros de Christo, de Aviz, e de S. Tiago, de todas as ordens ecclesiasticas, e do patriarcha com seu clero, a que dão grande realce os principaes mitrados.

A rainha n'esta occasião vae para casa do ministro, a qual está situada de maneira que Sua Magestade fica no centro da procissão; porque a descobre ao longe vindo da esquerda, d'onde se estende depois pela grande rua dos ourives do ouro, que está em frente das janellas que ella occupa; e depois vê-a dar volta pela rua dos mercadores, que lhe fica á direita. Esta procissão mette tanto povo que ha já uma boa parte de volta antes da outra ter acabado de desfilar n'este sitio; de maneira que a rainha descobrindo a procissão toda de ponta a ponta a igual distancia das janellas, que occupa, vê-a assim em fórmula de cruz, formando um soberbo expectaculo.

VISTA-DUPLA SEM SOMNAMEULISMO.

É PROVAVEL que as pessoas, que houverem de lançar os olhos sobre estas regras, tenham pelo menos ouvido narrar algumas d'essas tão falladas maravilhas do somnambulismo artificial, ou como dizem.

(1) *Description de la ville de Lisbonne.* — Paris. 1730, 1 vol. 12.^o

magnetismo animal. Mas o que provavelmente não sabem é que muito antes do descobrimento de Mesmer houve n'esta nossa Lisboa uma dama, que sem artificios de somnambulismo, nem magias magneticas excedeu na perspicacia e penetração da vista-dupla tudo quanto os mais afamados apostolos do magnetismo se ufanam de ter alcançado. O que sobre tudo ha de espantar o leitor, é que sendo o caso acontecido em Portugal, em principios do seculo passado, se resolvesse em honras e mercês de el-rei, e não em autos da fé da santa Inquisição. Eil-o ahi vae tal qual está registado em um livrinho intitulado *Description de la ville de Lisbonne*, impresso em Paris no anno de 1730, com approvação e privilegio de el-rei de França e de Navarra.

A pag. 49 diz o auctor. — « Terminarei esta descripção (de Lisboa) pela narração do extraordinario dom que tem uma dama portugueza ainda moça, que vive em Lisboa, e está casada com um negociante francez, natural de Bayonna. Esta senhora, que causa o espanto de todos os que a conhecem, nasceu com olhos, que bem se pódem chamar de lynce. Desde a mais tenra idade se lhe descobriu a prenda de vêr dentro do corpo humano, e no interior da terra sem que o seu olhar mostre exteriormente cousa alguma que o distinga dos outros; só tem os olhos muito rasgados, e perfeitamente bellos. Vê dentro do corpo humano os abcessos e outras enfermidades; e até ás vezes se lhe incommoda a vista pela applicar ao corpo de pessoas atacadas de molestias asquerosas. Vê a formação do chylo, a sua distribuição, e a circulação do sangue. Em mulheres gravidas de sete mezes nunca se engana sobre o sexo do feto. Descobre no interior da terra os logares onde ha nascentes de agua a trinta e a quarenta braças de profundidade sem se servir de sonda. Diz exactamente a direcção da veia de agua, a fundura a que está a nascente, e distingue as differentes côres e qualidades das terras, que se hão de encontrar desde a superficie.

Só gosa d'esta maravilhosa virtude quando está em jejum: comtudo tem acontecido ter depois de sésta por um momento a vista ainda mais penetrante que de manhã, e vêr então por cima do fato o que ordinariamente só descobre atravez da pelle; mas estes felizes momentos são mui raros.

Em todos os quartos de lua se lhe perturba a vista por quantidade de pequenos atomos, que lhe parecem amarellos, e lhe causam picadas nos olhos, o que a obriga a esfregal-os; depois do que fica privada de sua virtude por um pouco de tempo.

Bello assumpto para os philosophos; mas por mais extraordinario que pareça, eu por mim não posso duvidar do que vi. Além d'isso é notorio na terra que esta dama tem descoberto nascentes de agua para el-rei e para particulares. Emfim el-rei, o ministro, e todos os sabios estão persuadidos de que sua virtude é real; tanto assim que Sua Magestade antes d'ella casar lhe concedeu o tratamento de *Dom*, que não é commum em Portugal, e a mercê do habito de Christo para a pessoa que ella escolhesse.

O curioso trabalho cuja publicação encetámos hoje é obra de Fr. Fortunato de S. Boaventura, bem conhecido não só pela sua vasta litteratura, como pela parte que tomou nas nossas desgraçadas luctas civis.

O *Ensaio de uma dissertação historico-crítica* foi já impresso em 1833 na Impressão Regia; mas, por circumstancias que ainda não estão bem averiguadas, tornou-se de tal modo raro que em Lisboa só se conhecem dous exemplares, um dos quaes temos

presente, e nos foi generosamente offerecido, para ser publicado no *Panorama*, pelo sr. F. Paula, a quem cordealmente agradecemos tão fino obsequio.

O sr. J. C. de Figanière, o laborioso e intelligente auctor da *Bibliographia historica portugueza*, teve a bondade de declarar-nos que em suas investigações não só não tinha encontrado um unico exemplar d'este *Ensaio*, mas nem sequer houvera a mais vaga noticia d'elle. Outros bibliophilos e curiosos ignoravam tambem a sua existencia! N'estas circumstancias entendemos que prestámos um bom serviço ás letras vulgarizando um escripto por tantos motivos recommendavel.

ENSAIO DE UMA DISSERTAÇÃO HISTORICO-CRITICA SOBRE OS FACTOS MAIS CONTROVERSOS DA HISTORIA DO CONDE D. HENRIQUE, PRIMEIRO SOBERANO DE PORTUGAL, E TRONCO DA AUGUSTISSIMA CASA REINANTE.

São quatro os pontos mais controversos da historia do conde D. Henrique, a saber: 1.^o De quem era filho? 2.^o A sua jornada, ou jornadas á Terra Santa. 3.^o As ultimas acções da sua vida. 4.^o A independencia do seu condado.

Tratarei pois de cada um delles separadamente, e a muitos respeito com alguma novidade.

PRIMEIRO PONTO.

De quem era filho?

I.

CONVEM que a discussão deste primeiro ponto seja precedida de um lançar de olhos sobre as opiniões mais seguidas. A primeira, e mais antiga o suppõe filho de um rei de Hungria; a segunda, filho e descendente da Casa de Lorena; a terceira, da Casa de Borgonha Condado; e a quarta, e ultima lisongêa-se de que a sua origem da Casa de Borgonha Ducado é axioma historico; pois a quinta dos que illudidos da palavra *Visontinus*, que tomaram por *Bisantinus* (o que faz tanta differença, quanta é a que vae de Besançon, cidade de França, á hoje capital do imperio ottomano) é indigna até de fazer numero, quanto mais de ser examinada, ou discutida.

II.

Cousa estranha foi que os portuguezes (todavia sempre inclinados mais ao que é estrangeiro, do que ao proprio e nacional) renunciassem tão facilmente a opinião mais antiga, que pelo menos valia a pena, de que se examinasse as causas, porque os nossos antigos a defenderam e seguiram unanimemente por espaço de tres seculos; e se tivessem feito o que eu agora me proponho fazer em ordem á opinião estrangeira, teriam sido mais remissos em adoptar esta; e pode ser, que o fructo dos seus exames fosse o voltarem sinceramente, e por uma vez, á que tinham seguido os seus maiores. Ha outra circumstancia historica, das que devem pesar muito na consideração de todo o critico prudente e desapaixonado; e vem a ser; que os proprios francezes já em a declinação do seculo 18.^o mostraram prescindir do argumento mais forte da quarta opinião, voltando á terceira, e sustentando-a com grande apparatus de razões, que por certo me não seriam inuteis, se eu as tivesse podido examinar; e seja esta a occasião em que annuncie aos

meus leitores, que não tive cópia de livros necessários, e a que principalmente devia recorrer, sendo um destes a *Historia do ducado de Borgonha*, pelo Mauriano Plancher, sem que me seja necessario apontar aqui os muitos da *Historia do reino de Hungria*, que não se encontram em as mais copiosas e selectas livrarias deste reino. Assim mesmo porém desprovido de auxilios, que, se os tivesse, não chamaria a este opusculo *ensaio*, mas *dissertação formal* (o que sómente me será possível, quando eu recolha todos os subsidios, de que necessito, e que facilmente poderão dar nova face ao meu trabalho) por isso lhe dou um titulo, não só modesto, porém até necessario.

III.

Considero a quarta opinião hoje tão valida e tão universalmente abraçada que, se eu desde logo tentasse expôr a minha opinião, bastaria a força de antigas prevenções sustentadas pela gravissima auctoridade do chronista-mór Fr. Antonio Brandão, de Duarte Ribeiro de Macedo, D. José Barbosa, padre Antonio Pereira de Figueiredo, e do cisterciense Fr. Manuel de Figueiredo, para obrigarem a maior parte dos meus leitores a examinar desdenhosamente as minhas provas; que tanto é o poder e a influencia de certas opiniões abraçadas sem exame, e defendidas mais por habito, que por effeito de críticas e maduras reflexões. Convem pois que eu desfaça, primeiro que tudo, como o principal dos meus adversarios, que se o deixasse como para a minha retaguarda, não poderia ser tão feliz, como espero, o successo final da contenda.

IV.

Publicou-se em Francfort (1596) a collecção intitulada *Historiae Francorum ab anno Christi 900 ad annum 1285 scriptores veteres XI ex Schedis P. Pithaci*, e pouco antes, e na propria cidade o mesmo editor Francisco Pithou havia publicado outra obra, ou collecção do mesmo genero, a que tinha dado o titulo *Annalium et Historiae Francorum ab anno Christi 708 ad annum 990 scriptores coetanei XI*, o que parece dar a entender, que elle proprio tinha em maior conta a primeira das suas collecções. Na segunda pois, onde entram os auctores antigos sem a qualificação de coetaneos, vem a celebre passagem que dá o conde D. Henrique por *filho de um dos filhos de Roberto, duque de Borgonha*, expressão vaga, que por si mesma, e sem outra qualquer ponderação deveria ter causado grande reparo e desconfiança; pois constando pela historia de França que o primogenito do duque Roberto deixara alguns filhos por sua morte, acontecida uns nove annos antes do fallecimento de seu pae, convinha, ou para melhor dizer, era obrigação de quem nos transmittia a historia contemporanea, designar de qual dos filhos do duque Roberto era filho o nosso D. Henrique, mórmente quando o proprio MS. de Fleury pouco antes nos havia certificado, de que o principe Henrique tivera dous filhos, que depois succederam no ducado de Borgonha: «Roberto» diz elle «Duce Burgundiorum obeunte quem supra retulimus, Ainrici Regis fuisse fratrem filio quoque ipsius Ainrico ante obitum patris mortuo, filius ipsius Ainrici Hugo Ducatum suscepit, quo facto Monacho post aliquos annos principatum ipsius frater Odo obtinuit (1).» A vista pois de tanto saber genealogico de uma parte, e de tão pouco da outra, será bem facil a todos os leitores,

ainda que sejam medianamente criticos chegarem ao conhecimento, ou da mais apoucada sciencia do anonymo, ou de que os dous artigos são de diversos auctores. Dado que seja o primeiro caso, não tem o historiador aquella como suprema auctoridade, que vulgarmente se lhe attribue; e no segundo ficaremos terrivelmente perplexos e embaraçados para decidirmos, em um pelago de noticias de varios auctores, quaes destes foram os coetaneos.

V.

Se o MS. de Fleury tira a sua força principal de certos indicios, de que o seu auctor foi coevo de alguns successos, como por exemplo é o seu modo de fallar, *Vidimus duos solis*, o que recae no anno de 1108, n'esse mesmo paragrapho se lhe conhece a sua inexactidão, pois afirma que D. Affonso VI de Castella morreu no mesmo anno, em que tambem fallecêra o rei Philippe de França, *Rex vero Adefonsus eodem anno, quo et Rex Philippus diem clausit extremum*, (1) o que é notoriamente falso, pois é sabido que D. Affonso VI morreu no primeiro de junho de 1109; e se os monges de Fleury eram tão exactos em genealogia como em chronologia, mal podemos affiançar-lhes esse gráu de auctoridade, que mais por capricho, que por justiça tem disfructado por mais de dous seculos. Nem o MS. é mais feliz na parte geographica; e visto ser meu intento mais accrescentar do que transcrever, advertirei aos meus leitores duas cousas importantes, de que ainda farei o uso conveniente; e vem a ser: 1.^a que o tal condado de D. Raymundo de Borgonha *trans Ararim*, que foi um dos argumentos geographicos, de que se valeu o mais critico e apurado genealogico das Hespanhas (2) para denunciar e convencer de apocrypho o decantado MS. de Fleury até depois da novissima resposta do chronista dos cistercienses ao citado auctor, fica subsistindo em toda a sua força: 2.^a que muito maior numero de considerações geographicas se pode trazer contra o MS. de Fleury. E' necessario explanal-as brevemente.

(Continúa.)

— Que progressiva, que perfeita, e que feliz não seria uma nação, composta toda de christãos virtuosos? Não haveria n'ella escravidão, nem despotismo, não haveria uma intriga, uma dissensão, um crime. A caridade reinaria em todos os corações, a alegria raiaria em todos os semblantes. Todos os desejos seriam subordinados a um só desejo; todas as ambições seriam subordinadas a uma só ambição, a de agradar e servir a Deus, e aos homens por causa de Deus.

BASTOS — MEDITAÇÕES.

Aquelles senhores cujas assignaturas terminam com o numero 26; queiram ter a bondade de as renovar com tempo, para não soffrerem interrupção na remessa. Os preços são os annunciados por differentes vezes; isto é, por anno, ou 52 numeros, 13300 réis; por seis mezes ou 26 numeros, 700 réis; avulsamente, 30 réis cada numero.

(1) Ibid. pag. 94.

(2) D. Luiz de Salazar e Castro. Glorias da Casa de Farpese. pag. 668 e seg.